

Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista¹

Mayra Thais Silva Andrade*

A obra do sociólogo Michael Löwy nos agracia por tamanha envergadura intelectual dedicada às ciências sociais. O presente livro é resultado de uma série de conferências proferidas por Löwy na PUC São Paulo em junho de 1985 sobre a temática: ideologia, conhecimento e prática social e política. O texto é marcado pela oralidade da apresentação, tendo um cunho bastante didático e simplificado, embora de grande valor para o estudo dos conceitos de Ideologia, Positivismo, Historicismo, Marxismo.

No primeiro capítulo, intitulado Ideologia, tem-se o esclarecimento de que o conceito de ideologia não vem de Karl Marx, mas sim do filósofo Francês, Desutt de Tracy, discípulo dos enciclopedistas, que considera ideologia como o estudo científico das ideias e as ideias são o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente. Esse conceito foi criticado por Napoleão Bonaparte que chamou Desutt de Tracy de ideólogos, afirmando que seriam metafísicos, que faziam abstração da realidade e viviam em um mundo especulativo, logo, ideólogo foi tido como pejorativo. E, assim, com novas atribuições de sentido, o termo ideologia foi retomado por Karl Marx em seu livro, *A ideologia Alemã* (1846), que a significou como uma metafísica especulativa, que ignora a realidade, uma ilusão, falsa consciência e, portanto, as ideias dominantes são ideologias dominantes na sociedade. Outro sentido para ideologia é dado por Lenin, ao afirmar que ideologia é qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe. Assim, ideologia deixa de ter um sentido pejorativo e passa a ser tida como qualquer concepção sobre uma realidade de uma classe.

Conforme Löwy, para colocar ordem nesses diversos sentidos, tem-se a definição de Karl Mannheim em seu livro, *Ideologia e Utopia*. O referido autor procurou distinguir Ideologia e Utopia, conceituando a primeira como ideias, representações, teorias que se orientam para a estabilização ou legitimação ou reprodução da ordem estabelecida, enquanto que a segunda é definida como ideias que aspiram uma realidade inexistente, como no termo grego *u-topos*, ou seja, nenhum lugar, o que ainda não existe. Löwy considera tais definições como as mais adequadas e chama a atenção para essas como visões sociais de mundo, vejamos:

As visões sociais de mundo poderiam ser de dois tipos: ideológicas, quando servissem para legitimar, justificar, defender ou manter a social do mundo; utópicas, quando tivessem função crítica, negativa, subversiva, quando apontassem para uma realidade ainda não existente. (LÖWY, 2008, p. 14).

Posteriormente, Löwy propõe uma análise dialética sobre isso por afirmar que não existem ideias absolutas e o método dialético possui a hipótese de que há um movimento perpétuo, transformação permanente e que tudo está sujeito ao fluxo da história. Tal metodologia utilizada por Marx, este afirma que as leis da economia e da sociedade não são absolutas ou naturais, pois resultam da ação e da interação, produção e reprodução da sociedade pelos indivíduos e, portanto, podem ser transformados pelos indivíduos num processo revolucionário. Outro elemento do método dialético é o Princípio da Totalidade, segundo o qual se deve considerar a relação das ideologias ou utopias junto à realidade na qual estão inseridas, pois a realidade social influencia os fundamentos ideológicos e utópicos. Por fim temos o elemento da Contradição

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas. Email: mayra-thais@gmail.com. Tel.: (31) 9426-7422

¹ LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2008.

numa indicação de que as ideologias são contraditórias já que há um enfrentamento de classes sociais e grupos que se opõem.

Assim, Löwy expõe dentro outros, os principais expoentes sobre a dialética e conceitos de ideologia e utopia relacionando o sujeito e seu meio de vivência com as ideias defendidas e/ou contestadas conforme a dinâmica histórica, o que representa "o processo efetivo de conhecimento e transformação da realidade" (LÖWY, 2008, p. 32).

No segundo capítulo, a temática sobre visões de mundo discutidas é o Positivismo sob a ótica historicista, primeiramente Löwy pretende fazer uma abordagem geral sobre o que é positivismo e depois analisará as proposições de Max Weber. Para o positivismo, com estudos iniciados pelo enciclopedista Condorcet, a sociedade humana é regulada por leis naturais, objetivas e invariáveis, propõe o estudo da física social. Como as ciências da natureza são neutras, objetivas e sem juízos de valor, assim, as ciências sócias devem ser, ou seja, sem vínculos com classes sociais, ideologias ou utopias. Isto porque, segundo o tal corrente de pensamento, os valores trazem consigo preconceitos, prejuízos e prenoções, portanto, devia-se eliminar do conhecimento social os dogmas fossilizados.

A referência metodológica para a sociologia positivista deriva de Emile Durkheim, segundo o qual o sociólogo deve estudar a realidade social fazendo calar seus preconceitos e suas paixões, com imparcialidade científica e sangue-frio. Assim, as influências positivistas defendem o trabalho científico social com objetividade e neutralidade. Um posicionamento que Löwy considera um ponto de ruptura com o positivismo é o defendido pelo estudioso Rickert (professor de Max Weber) que afirma que não existe ciência social sem valores culturais prévios que são pontos de partida para uma investigação científica. Max Weber seguiu a referida premissa, entretanto, não considerava a existência de valores universais e sim valores relativos a cada cultura, embora a ciência social deve ser livre de juízos de valor no que tange aos instrumentos conceituais e métodos de investigação. Assim, "as pressuposições de pesquisa são subjetivas [...], mas os resultados devem ser objetivos, ou seja, validos para qualquer investigador" (LÖWY, 2008, p. 50).

Em conclusão aos estudos sobre o positivismo nesta obra, Löwy alerta que não se pode impedir ou eliminar a interferência de juízos de valor, não se pode construir uma teoria da ciência social ignorando os fatos. Assim, o conhecimento científico também avança com fatores valorativos devendo-se considerar elementos sociais na análise empírica.

No terceiro capítulo é abordado o Historicismo, outra teoria do conhecimento social considerada de suma importância para Löwy. Karl Mannheim e Droysen são os principais expoentes iniciais desta corrente, que se inicia como historicismo conservador, que condena as revoluções e o capitalismo. Tal aspecto sofre mudanças com o historicismo alemão do século XIX com estudos de Dilthey, de aspectos objetivistas em busca da neutralidade do historiador. Entretanto, duras críticas são feitas a esta corrente, pois existem verdades que são fruto de pontos de vista particulares, assim, um historiador legítimo não pode ser neutro. Assim, tal corrente desenvolveu um aspecto relativista e, segundo os critérios metodológicos do historicismo, nas ciências naturais o homem estuda um objeto que lhe é externo, mas nas ciências sociais o homem estuda a si mesmo.

Enquanto cientista social, o homem deve compreender os fenômenos e chegar ao seu significado cultural e não apenas descrevê-lo. Neste sentido, por influências de Mannheim, propôs-se uma limitação unilateral, objetiva, uma verdade relativa e conhecimento parcial e unilateral, sendo os intelectuais flutuantes capazes de elaborar uma síntese dinâmica de vários pontos de vista, numa conciliação ou mediação eclética.

Entretanto, conforme Löwy, a sociologia do conhecimento não resolveu o problema do relativismo, mas sim houve um recuo para uma posição positivista, nem tão rica cientificamente e teoricamente.

No capítulo final desta obra de Löwy, é abordado o Marxismo, no qual se defende que ideologias (feitas em nível das classes sociais), visões de mundo, superestruturas são parte de um conjunto orgânico do conhecimento. Segundo tal corrente, uma teoria que represente certo ponto de vista de uma classe determinada não significa que ela não tenha valor científico, desde que tal teoria vá até a raiz do problema e perceba as contradições que existem na realidade. Assim, Marx reconhece o pensamento de David Ricardo, mas afirma que esse não ia além dos limites estruturais da visão burguesa, pois desta seria um prisioneiro. Marx, ainda, faz uma observação de que pode haver diferenças entre as visões de mundo dentro de uma mesma classe social e, assim, distingue na burguesia, os economistas clássicos, com interesses científicos verdadeiros e os economistas vulgares de interesses apenas publicitários e propagandísticos.

Segundo Karl Marx, os socialistas e os comunistas são os teóricos da classe proletária, que seria a classe revolucionária e progressista, ponto de vista que Marx defende como ciência revolucionária e, assim, não se compromete a ter uma visão neutra, pura ou objetiva. Löwy conclui que é um erro se se considerar que a ciência não tem relação com a ideologia ou com a luta de classes.

Esta obra é de extrema relevância para os estudos na área de ciência humanas em geral, por trazer explicações de cunho didático demonstrando um trabalho sério e claro sobre autores e correntes de pensamento tradicionais na história do conhecimento social, principalmente no que diz respeito ao materialismo dialético. Percebe-se que as pesquisas e os diálogos sobre a realidade social e seus problemas existentes devem prosseguir na atualidade no sentido de impulsionar a construção e difusão dos saberes a fim de se propor melhorias às condições dos indivíduos e suas sociedades.